

Os Problemas e os Limites do Método Histórico-Crítico

João Oliveira Ramos Neto¹

Resumo

A neutralidade na pesquisa científica, ilusão do Positivismo durante a Modernidade, não existe. Entre estes métodos positivistas, encontra-se o Histórico-Crítico, que tem sido amplamente utilizado entre os teólogos para a realização da exegese bíblica. Este artigo procura debater os problemas da utilização deste método na atualidade.

Palavras-chave: Neutralidade, Método Histórico-Crítico, Interpretação, Exegese, Teologia Liberal.

Abstract

The neutrality in scientific research, an illusion of the Positivism during Modernity, does not exist. Among these positivist methods we find the Historical-Critical Method that has been broadly used among theologians to do biblical exegesis. This article seeks to discuss the problems in the use of this method today.

Key-words: Neutrality, Historical-Critical Method, Interpretation, Exegesis, Liberal Theology.

Jesus era um camponês analfabeto. Esta é a frase que está na moda e é reproduzida com a pretensão de ser uma “afirmação científica”. Podemos encontrá-la tanto em artigos acadêmicos como em revistas em bancas de jornal. Com certeza, é um tema polêmico,

¹ Mestrando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e graduando em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil.

relevante e que, por atrair a curiosidade de muitas pessoas, não deixa de ser uma ótima fonte de lucro. Mas, como pode uma personagem da Antigüidade ser caracterizada com um conceito da Idade Média? Sim, é um anacronismo, isto é, a utilização de um conceito fora do seu tempo. Mas, o problema não é só este. O problema maior é que, para este e outros tipos de estudo e afirmações que envolvem a Bíblia, tem-se utilizado um método de estudo, dito acadêmico bastante questionável para este autor: o Método Histórico-Crítico.

É comum encontrarmos, principalmente em comunicação de congressos, exegetas que fazem uso deste método afirmando que os textos atribuídos ao apóstolo Paulo não são de fato do apóstolo Paulo. Em outra ocasião, outro exegeta, usando o mesmo método e analisando os mesmos textos, afirma que o apóstolo Paulo se contradiz, porque hora escreve uma coisa, hora escreve outra. Se em determinado momento o texto não é atribuído a ele, como em outro momento se diz que ele entra em contradição? Se o método é igual, mas os resultados são diferentes, o problema está no pressuposto de cada exegeta. E, portanto, o problema é que, diante de pressupostos e resultados diferentes, o método insiste em advogar para si a neutralidade e o objetivismo, ilusões da Modernidade.

Este, portanto, é um artigo pretensioso. Pretende questionar um método que ainda é bastante utilizado. Mas, conforme Pelletier (2004, p. 54), é preciso identificar os limites do Método Histórico-Crítico já que a este método está implícita a crença de que o pesquisador e o exegeta podem ser neutros. E nas palavras de Fee, “poucos têm se disposto a contestar a validade do próprio método em si” (1984, p. 247). Entendemos também que apresentar alguns pressupostos da Teologia Liberal poderá ajudar na compreensão do contexto do surgimento do método em questão e elucidar os seus problemas e limites.

Antes, é necessário demonstrar a importância da interpretação, principalmente quando se trata de Bíblia. Primeiro, o que é a interpretação? Fee e Stuart respondem como sendo “chegar ao sentido claro do texto” (1984, p. 14). E por que a necessidade de interpretar? É ainda Fee e Stuart que respondem: “quer deseje ou não, todo leitor é, ao mesmo tempo um intérprete” (1984, p. 14). Dessa forma, acreditamos na impossibilidade de um olhar neutro do leitor para com o texto. Pelo contrário, o leitor sempre levará com ele tudo quanto ele é, conhece, bem como sua cultura e suas experiências. Se o leitor não tiver consciência disso, sua interpretação poderá ser trágica.

Este é um dos pontos da Hermenêutica. Podemos dizer que ela serve como “óculos” para a leitura de um texto, neste caso, o texto bíblico. É como se fossem os “óculos” do leitor. Ela promove os pressupostos do pesquisador. É claro que sua definição não se resume só a isto, seria um enorme reducionismo, mas, para este trabalho, esta definição de hermenêutica

será suficiente. Junto com a hermenêutica, tem-se a exegese, com seus métodos mais apurados, inclusive de investigação na língua original, já que, conforme Fee e Stuart, “a tradução, pois, é em si mesma uma forma (necessária) de interpretação” (1984, p. 15).

Conforme informa Lopes (2004, p. 189), podemos definir o Método Histórico-Crítico como um método exegético, isto é, de estudo da Bíblia, que pretendia ser isento de pressupostos e ter a razão e a ciência moderna como ferramentas, visando alcançar o sentido verdadeiro de um texto. Dessa forma, este método retirou da Bíblia o *status* de texto sagrado, tornando-o uma coleção com o testemunho do povo antigo de Israel e dos cristãos do primeiro século, sujeito à críticas como qualquer outro texto. Na verdade, o Método Histórico-Crítico é um agrupamento de vários métodos, que, entre outros, destacamos para este artigo a “Crítica das Fontes”, a “Crítica da Forma” e a “Crítica da Redação”. Segundo Fee e Stuart (1984, p. 245), o que dá a sua unidade são os seus pressupostos em comum, que apresentaremos adiante.

A Crítica das Fontes, conforme Lopes, “tem como objetivo identificar e isolar as supostas fontes escritas que foram usadas pelos arquivistas, colecionadores ou editores para compor o texto bíblico como o temos hoje” (2004, p. 189). Segundo este mesmo autor, a forma mais conhecida da Crítica das Fontes é a “Hipótese Documentária”, que defende a existência de quatro fontes por detrás da composição do Pentateuco (os cinco primeiros livros da Bíblia) que teriam sido produzidas por diferentes períodos e diferentes autores: O Javista, o Eloísta, o Deuteronomista e o Sacerdotal.

A Crítica da Forma, por sua vez, ocupa-se com a pré-história das fontes escritas que compuseram o texto. Conforme Lopes, de acordo com a Crítica da Forma, “boa parte dos livros que compõe o Antigo e o Novo Testamento são, em sua forma final, o resultado de um processo de coleção, edição e harmonização de tradições antigas e fontes anteriores” (2004, p. 192). Em outras palavras, “a Crítica da Forma, portanto, preocupa-se com o estágio oral pelo qual o texto passou antes de adquirir sua forma escrita” (2004, p. 192). A Crítica da Redação, por sua vez, busca reconstruir a teologia dos autores (escribas, arquivistas e editores) que teriam compilado os textos bíblicos.

Em decorrência da utilização do Método Histórico-Crítico, surge na Europa o pensamento de uma religião cristã natural sem relatos sobrenaturais inexplicáveis pela razão. A este pensamento, dá-se o nome de Teologia Liberal. Lopes (2004, p. 194) informa-nos os principais pressupostos desta nova teologia baseada no Método Histórico-Crítico: A Bíblia deixa de ser a revelação divina para ser o testamento escrito da religião judaica e cristã e Jesus não tem mais *status* divino, tornando-se apenas um homem que não nasceu de uma virgem,

não realizou milagres e não ressuscitou. O que conta é o seu exemplo e suas lições sobre o amor e todo relato sobrenatural sobre ele é uma invenção posterior dos seus seguidores.

Para Pelletier (2004, p. 29), foi Lutero que abriu as portas para o surgimento do Método Histórico-Crítico ao colocar o homem diante do texto bíblico sem a tradição da Igreja. Fee e Stuart (1984, p. 242) concordam e acrescentam que Lutero afirmava que a Bíblia era compreensível a todos enquanto fosse interpretada histórica e gramaticalmente, sem a interferência da Igreja. Nas suas palavras, “*sola scriptura* se tornou um lema da Reforma”.

Pelletier (2004, p. 20) também demonstra que o Método Histórico-Crítico advém mais objetivamente e vai se consolidar como consequência do pensamento de Spinoza que, segundo a autora, afirmou que a Palavra de Deus e a verdadeira religião estão escritos no coração do homem e a relação desta verdade com a Bíblia só pode ser reconhecida na medida em que reencontra o universal da razão humana. Em outras palavras, Spinoza arruína a idéia de revelação. Nas palavras de Pelletier (2004, p. 21), para Spinoza: “(...) a Bíblia não oferece senão uma via de conhecimento medíocre, necessariamente limitada pela insuficiência e pela historicidade de sua linguagem”. Assim, o Método Histórico-Crítico é um método que tem por pressuposto a análise da Bíblia como mais um livro, sem nenhum *status* diferencial como texto sagrado ou fonte de autoridade. O texto bíblico não é mais fonte de esclarecimento, mas passa a ser um objeto que precisa ser esclarecido. O pesquisador crítico buscará o sentido do autor, usando, para isso, entre outros, a análise histórica, ou, pelo menos, dita histórica.

Desde o início da Modernidade, novas formas de pensar foram criadas, trazendo novidades que influenciaram a produção de obras, inclusive de interpretação bíblica e remodelaram a forma de pensar no Ocidente. Esta nova modelação causou a divisão entre Teologia revelada, que era a que entendia ser a Bíblia um livro sagrado, revelado por Deus, e a nova Teologia natural, que entendia ser a Bíblia apenas mais um livro religioso e que acreditava ser possível ao homem conhecer o divino de outras formas além da Bíblia e da fé, sendo a principal dessas novas formas, o uso da razão.

Conforme Reis, Kant produziu a sua utopia racional e, junto com a idéia de progresso, passou-se a acreditar que a razão traria a reunificação da humanidade substituindo a religião por uma sociedade moral e ética. (2007, p. 28). A crença, a partir daí, era que o próprio homem iria se resgatar pela acumulação de conhecimentos sobre este mundo. Em outras palavras, passou-se a ter fé na razão. Aquilo que os homens deveriam fazer não seria mais ditado pela transcendência, mas pela razão.

Conforme Pelletier: “No século XVIII, a controvérsia anticristã dos filósofos e enciclopedistas fez do texto bíblico o ponto de aplicação privilegiado de sua ofensiva” (2004,

p. 40). E ainda: “Entre os espíritos que se consideravam esclarecidos, é comum a idéia, ao final do século XVIII, de que a Bíblia é simplesmente a mitologia do Ocidente, marcada de ingenuidade e preconceitos de uma época obscura e ultrapassada” (2004, p. 41.). A Modernidade, portanto, se caracterizou por uma ênfase na História. E a Teologia Liberal é filha justamente desta opção e destes pressupostos. O problema é que devemos nos perguntar a qual História a Modernidade e a Teologia Liberal se reportaram.

Uma primeira concepção que marcava a História na modernidade é o Positivismo e sua crença no progresso e na evolução. Daí o pressuposto de questionamento bíblico e a crítica das formas. Para os positivistas, o auge do pensamento e da produção era a Europa Ocidental. Como, então, povos da Antigüidade, sendo tão “primitivos” na sua forma de pensar e tão “rudimentares”, poderiam ter produzidos textos tão complexos e extensos como aqueles que formavam o cânon da Bíblia? Daí a necessidade de desconstrução e afirmativa de que se tratava de uma construção de “inserções” ao longo dos tempos, sendo que o formato final só poderia ter sido alcançado perto da época considerada como auge do progresso.

Dessa forma, entendemos que o Método Histórico-Crítico, herdeiro da Teologia Liberal, é problemático considerando que ele se propõe a ser um método científico, objetivo e neutro, quando percebemos que o mesmo é possuidor de juízo de valor e subjetivo em seus critérios e pressupostos. Se a Teologia Liberal parte de um pressuposto que o texto não é sagrado, isso, por isso só, já é um juízo de valor implícito no Método Histórico-Crítico.

Não foi, porém, somente a razão que proporcionou o surgimento da Teologia Liberal, mas as próprias religiões cristãs. Muitos dos pensamentos da modernidade que estamos expondo neste trabalho foram fruto de críticas de pensadores de diversas disciplinas para a religiosidade européia. A Teologia Liberal foi uma reformulação após estas críticas. O problema é que tais pensadores que criticaram o cristianismo, reduziram-no aos exemplos que tinham diante de si, a saber, as religiões protestantes e católica romana.

Um primeiro problema (primeiro no sentido de ordem e não de importância) do método em questão é que, conforme afirma Pelletier (2004, p. 12), ele negligencia certos aspectos que o levam à simplificações do historicismo. Em outras palavras, é um método que busca na análise histórica a explicação que ajudará a entender o sentido do autor. O problema inicialmente é o que se entende como “análise histórica”. Devemos nos reportar para o que a modernidade compreendia por “análise histórica” para demonstrar a insuficiência desta na contemporaneidade. Assim, o grande problema do Método Histórico-Crítico é que hoje já se sabe da invalidade de alguns pressupostos históricos da Modernidade.

Reis informa que na modernidade, “há um culto da história, entendida como portadora do novo” (2007, p. 40) e um “culto do fato realmente acontecido” (2007, p. 36) e, por isso, o homem moderno acreditava que “conhecedor do segredo da história, do seu sentido final, o historiador, segundo a Razão, seria juiz, crítico, dos personagens e feitos” (2007, p. 40).

Para Reis, a história de quando surge o Método Histórico-Crítico era uma “análise histórica que aspirava à objetividade científica” (2007, p. 36) mas, paradoxalmente, “os historiadores estavam impregnados de metafísica” e “não podia abordar seu material sem pressuposições, que continuavam ainda a ter uma origem especulativa” (2007, p. 37). Assim, o que antes fora questionado e descartado como especulação, tornou-se uma representação adequada do real, com uma pretensa científica.

Quando, por exemplo, o Método Histórico-Crítico afirma que um determinado texto é uma inserção, tal afirmação só poderia ser verificada comparando o texto posterior com o texto anterior. Mas, como comparar com o anterior? Não é possível, posto que este não existe mais. Então, o Método Histórico-Crítico parte de uma hipótese impossível de ser comprovada e muito arriscada, já que, por um lado, na mesma proporção que um determinado texto pode ser uma inserção posterior, pode não ser, e, por outro lado ainda, não há consenso entre os seus pesquisadores.

Uma das negligências dos pensadores modernos criadores do Método Histórico-Crítico é que “a ingenuidade que se censura na Bíblia eram antes o resultado da ignorância dos seus leitores, ainda desprovidos dos meios para identificar as verdadeiras intenções do texto em seu refinamento e sutileza (2004, p. 42). Portanto, o primeiro problema do Método Histórico-Crítico está na concepção de História que tais exegetas tinham. Era, conforme demonstramos, uma concepção problemática.

Outro grande problema do Método Histórico-Crítico é o anacronismo, principalmente na Crítica das Formas. Conforme Pelletier: “é difícil não projetar no passado as curiosidades do momento presente, acreditando, de maneira anacrônica, que os autores bíblicos teriam respondido por antecipação às interrogações suscitadas pelo novo espírito científico” (2004, p. 27).

Em outras palavras, o que se percebe é que, exegetas do método em questão tendem a projetar no texto da Antigüidade, pensamentos e formas de conceber o mundo que só foram possíveis depois da Revolução Francesa. Um deles é o questionamento da religião e do ofício do sacerdócio, bem como, o pensamento revolucionário. Conforme Reis, “o Iluminismo é revolucionário (...) o homem moderno está dominado pela idéia de revolução (...) e realização da utopia” (2007, p. 35). E, ainda, conforme Lopes, “o Iluminismo (...) foi uma revolta contra

o poder da religião institucionalizada” (2004, p. 183). Esta revolução é, constantemente, aplicada ao texto bíblico na Antigüidade.

Um exemplo disto é o texto de autoria do exegeta Osvaldo Ribeiro (2006, p. 60), “A Lembrança de Minhas Faltas...”, que analisa uma passagem bíblica com o pressuposto que havia um conflito entre “camponeses” (entre aspas por ser um anacronismo usar um conceito medieval na Antigüidade) e sacerdotes e também o pressuposto que havia a intenção no sacerdote de manipular o povo. Ele afirma:

É possível que os camponeses tenham levantado sua voz. Mas não é mais sua voz que se pronuncia através da narrativa. Nela se pronuncia a voz da contra-crítica (sacerdotal), que lhe responde à altura e de duas maneiras. A lógica é simples: se há fome, sede e morte, então por que *esse* camponês e *essa* viúva estão podendo *reclamar*? Não é justamente porque *estão vivos*? E por que *estão vivos*? Não é porque Yahweh os poupou? E como os poupou? Não é porque lhes deu de comer da farinha e do azeite? Essa a primeira resposta: fome e sede há, sim, mas Yahweh poupou os fiéis (que deram mesmo de seu parco bocado ao Templo, claro). [grifo do original]

Ora, conforme citamos Pelletier anteriormente, não se trata de uma projeção no passado de pensamentos atuais, considerando que há uma enorme semelhança entre as afirmações do texto e os pressupostos da Revolução Francesa? Sim, porque a Revolução Francesa não foi justamente um questionamento da religião institucionalizada por seus sacerdotes explorarem o povo financeiramente? E não é exatamente isto que é aplicado aqui ao texto da Antigüidade? Este, portanto, é só um exemplo para demonstrar o problema anacrônico dos pressupostos do Método Histórico-Crítico influenciado pelas concepções modernas. Como partir do pressuposto que existia conflito do povo com a religião institucionalizada na Antigüidade?

Da mesma forma, considerando que o sacerdote da Antigüidade não conheceu os pensamentos racionalistas, empiristas e iluministas dos séculos XVIII e XIX que deram origem à razão e à Teologia Liberal, questionando, conseqüentemente, a religião, não é complicado partir do pressuposto que este sacerdote questionaria a religião na Antigüidade e conseqüentemente, seria sua semelhante intenção manipular o povo como faziam os

sacerdotes à época do Iluminismo? Ou é mais coerente partir do pressuposto que o sacerdote da Antigüidade realmente acreditava naquilo que fazia e, sendo assim, não estaria com “segundas intenções” de âmbito econômico?

Um terceiro problema do Método Histórico-Crítico, tanto na Crítica das Fontes, quanto na Crítica das Formas e na Crítica da Redação é a não crítica a outros documentos ou a hipótese que outros documentos estão corretos e o texto bíblico, como documento, não é verídico. O raciocínio é simples. A Bíblia é reduzida a um texto como qualquer outro, merecedor de crítica. No entanto, para se fazer a crítica, usa-se outros textos. Mas, estes outros textos, não sofrem a mesma crítica. Assim, quando determinada passagem bíblica entra em contradição com o relato de outro texto antigo, o pesquisador adepto do Método Histórico-Crítico, por causa dos pressupostos da Teologia Liberal, influenciada pela revolta com a religião institucionalizada, parte do pressuposto que o outro documento é verídico e o texto bíblico que está equivocado. Um exemplo disto é o dos exegetas Finkelstein e Silberman (2003, p.1), em sua tese:

A saga histórica contida na Bíblia - do encontro de Abraão com Deus e sua jornada para Canaã, da libertação mosaica dos filhos de Israel da escravidão até a ascensão e queda dos reinos de Israel e Judá - não foi uma revelação miraculosa, mas um *brilhante produto da imaginação humana*. Ela foi concebida pela primeira vez - como as recentes descobertas arqueológicas sugerem - no espaço de duas ou três gerações, a cerca de dois mil e seiscentos anos atrás. Seu berço foi o reino de Judá, uma região escassamente povoada por pastores e agricultores, governada por uma isolada cidade real precariamente encravada no coração da região montanhosa sobre um estreito cume, entre profundos, rochosos desfiladeiros [grifo nosso].

Para argumentação de sua tese, no entanto, afirmam que buscaram dados na História e na Arqueologia e deixam claro que o que entendem destas disciplinas advém da concepção moderna de História, pois, para eles, estas disciplinas “revolucionaram o estudo do Israel primitivo e lançaram sérias dúvidas sobre as bases históricas das tão famosas histórias bíblicas” (2003, p. 3) e em relação à Bíblia, afirmam “nós comparamos esta narrativa com a riqueza dos *dados arqueológicos* que foram coletados nas últimas décadas” [grifo nosso]

(2003, p. 8) e, ainda, “o resultado é a descoberta de uma relação complexa e fascinante entre *o que realmente aconteceu* na terra da Bíblia durante o período bíblico” [grifo nosso] (2003, p. 8). Note, portanto, que afirmam serem portadores da verdade, “o que realmente aconteceu”, com a pretensa de um método válido por ser científico, daí a ênfase na arqueologia, para afirmar o equívoco da Bíblia, “produto da imaginação humana”. Trata-se, portanto, de um texto pretensamente científico que, ao mesmo tempo, transparece de forma gritante o seu juízo de valor.

Não menos importante é o problema do Método Histórico-Crítico muitas vezes se apresentar como única opção não religiosa de análise bíblica. Ligado a esta apresentação está o pressuposto pejorativo que se tem para com a palavra “fundamentalista”. A maioria das pessoas, ao ouvir esta palavra, se sente mal e imagina um grupo de pessoas fanáticas que, sem nenhuma posição reflexiva, está pronta para agredir qualquer um que discordar da sua forma de pensar. Dessa forma, o Método Histórico-Crítico torna-se a “outra opção”, ou seja, a forma intelectualizada de se estudar a Bíblia.

No entanto, o fundamentalismo não é a outra única opção e nem tem o significado pejorativo que muitas vezes é transmitido no senso comum. O termo fundamentalista, originalmente, não está ligado à pessoas ou à práticas religiosas intolerantes, mas a líderes cristãos norte-americanos que esboçaram princípios discordantes da Teologia Liberal. Como Método exegético da Teologia fundamentalista e como resposta ao Método Histórico-Crítico, surgiu o Método Histórico-Gramatical, caracterizado por Zabatiero como uma “leitura metodologicamente disciplinada do texto bíblico” e pela crença de que “o sentido do texto é determinado pela intenção do autor e pela recepção dos seus primeiros leitores” (2006, p. 67).

O Método Histórico-Crítico também tem o problema de ser positivista, isto é, de acreditar que existe um progresso e que o referencial para analisar o estágio de progresso das diversas sociedades é a Europa. Isto porque, exegetas deste método, diante de alguns textos, partem do pressuposto que algumas passagens são inserções posteriores e não fazem parte do texto original.

Ora, conforme Reis, predominava na Europa moderna a idéia de progresso no sentido que todos os aspectos da vida caminhavam em direção à perfeição (2007, p. 35) e o historiador moderno considerava a História como desenvolvimento progressivo (2007, p. 38). Sendo assim, o historiador poderia diferenciar povos “inferiores” e povos “superiores”, povos “mais avançados” e povos “mais atrasados” (2007, p. 39). Esses povos, afirma Reis, naturalmente eram as nações Européias (2007, p. 40).

Sendo assim, afirma Reis que “a história dita científica do século XIX se pôs a serviço do eurocentrismo, oferecendo argumentos, documentos, informações e legitimação ética” (2007, p. 40). A aceitação de todo conteúdo da Bíblia conforme era dada pela tradição seria um “empecilho” para a legitimação ética do eurocentrismo se considerarmos que ela, inevitavelmente, levaria à formulação da seguinte pergunta: “se a História caminha no sentido de um progresso e a Europa é o auge deste progresso, como explicar a produção de textos das passagens bíblicas tão bem elaborados na Antigüidade?”. Logo, o pressuposto de que o texto tal como o leitor do século XIX tinha em mãos não tinha sido fechado na Antigüidade, mas sofrera acréscimos e inserções posteriores, resolveria o conflito.

Em outras palavras, como dizer para uma sociedade positivista que acreditava ser o auge do progresso que sociedades na Antigüidade tivesse produzido material de igual ou melhor qualidade? Desconstruindo esse material e afirmando que o mesmo era resultado de um “progresso” de milhares de anos seria uma resposta. O grande problema do Método Histórico-Crítico é não pensar nesta possibilidade e, ao analisar um texto, ter o pressuposto que o mesmo contém “inserções” como se tal pressuposto se tratasse de uma verdade objetiva.

Como nos alertou Reis, no século XIX a História pretendeu tornar-se científica. (2007, p. 36). Este foi o principal problema. Acreditava-se que “a história é governada pela Razão e esta só pode produzir a moralidade, a liberdade, a justiça, a igualdade e jamais a violência” (2007, p. 35). O Método Histórico-Crítico mantém esta ingenuidade ao acreditar que é possível analisar um texto de forma objetiva em busca da promoção da ética, mesmo depois que duas guerras mundiais e outros acontecimentos demonstraram a insuficiência da razão.

Ora, ninguém vai usar um método se não acreditar na sua viabilidade. No entanto, saber dos limites e dos problemas de um método não o invalida por inteiro. Pelo contrário, a plausibilidade de um método está, muitas vezes, na responsabilidade do pesquisador de conhecer os seus limites. No caso abaixo, por exemplo, o professor e exegeta, Osvaldo Ribeiro (2004, p.100), sabiamente, após fazer uso do Método Histórico-Crítico em seu artigo sobre o Dilúvio, demonstra os limites do mesmo, reconhecendo, nas suas próprias palavras, que tal método tem “caráter especulativo” e não objetivo:

Evidentemente não se pode nem obter nem fornecer certeza sobre o resultado de pesquisas de natureza especulativa, como de resto o é toda pesquisa de crítica literária e crítica da redação. Não obtive – nem posso fornecer – garantias absolutas de que o trabalho esteja isento de falhas. É muito provável que sim. Procurei, contudo,

examinar o mais detalhadamente possível o estado atual da narrativa, bem como controlar o mais metodologicamente possível a caminhada de reconstrução das etapas da redação.

Qual seria, então, o interesse ou o uso do texto bíblico pelo Método Histórico-Crítico e da Teologia Liberal? Se levarmos em consideração a afirmação de Reis, “a história científica estaria sempre a serviço do poder” (2006, p. 41), não seria equivocada afirmar que o Método Histórico-Crítico teria por objetivo legitimar a superioridade europeia e defender os interesses do Estado e das instituições burguesas. Talvez seja por isso que o Método Histórico-Crítico não dá certo no Brasil e, por conseguinte, na América Latina.

Acreditamos na necessidade de um método de fato latino-americano e que não tenha concepções positivistas ou que ainda acredite de forma ingênua na capacidade da razão de salvar o mundo. Se os teólogos e historiadores brasileiros querem se desprender de pressupostos fundamentalistas porque acreditam que estes são parte de um “imperialismo” norte-americano, não serão coerentes em fazer opção por um método europeu que, de forma semelhante, estaria a serviço de um eurocentrismo moderno.

Se a questão é buscar uma autonomia ou uma hermenêutica latino-americana para a leitura dos textos bíblicos, como outra opção diferente da leitura norte-americana, não será suficiente “trocar de lado”, mas será necessária a elaboração de um método de fato “neutro” ou isento de “imperialismo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FEE, Gordon D. STUART, Douglas. *Entendes o que lêes? Um guia para entender a Bíblia com o auxílio da exegese e da hermenêutica*. São Paulo: Vida Nova, 1984.

FINKELSTEIN, Israel. SILBERMAN, Neil A. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.

LOPES, Augustus Nicodemus. *A Bíblia e seus intérpretes. Uma breve história da interpretação*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

PELLETIER, Anne-Marie. *Bíblia e hermenêutica hoje*. São Paulo: Loyola, 2004.

RIBEIRO, Osvaldo Luiz. A Lembrança de minhas Faltas. Reflexões sobre a estrutura mítico-literária de 1 Reis 17. In: REIMER, Ivoni Richter. (org.). *Economia no Mundo Bíblico. Enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo: Sinodal, 2006. p.51-71.

_____. Dilúvio(s) - as narrativas sacerdotal e pós-sacerdotal da Bíblia Hebraica em contexto histórico-social. In: *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, n. 47, 2004. p. 99-136.

REIS, José Carlos. *História & Teoria*. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. “Hermenêuticas da Bíblia no mundo evangelical”. In: REIMER, Haroldo. SILVA, Valmor (org.). *Hermenêuticas Bíblicas*. Contribuições ao I Congresso Brasileiro de Pesquisa Bíblica. Goiânia: UCG, 2006. 61-74p.